



**Ponto Urbe**

Revista do núcleo de antropologia urbana da USP

**9 | 2011**

**Ponto Urbe 9**

---

## Etnografia em uma escola brasileira no Japão

Alvaro Katsuaki Kanasiro

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/346>

DOI: 10.4000/pontourbe.346

ISSN: 1981-3341

### Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

### Refêrencia eletrónica

Alvaro Katsuaki Kanasiro, « Etnografia em uma escola brasileira no Japão », *Ponto Urbe* [Online], 9 | 2011, posto online no dia 22 outubro 2013, consultado o 21 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/346> ; DOI : 10.4000/pontourbe.346

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 21 Abril 2019.

© NAU

---

# *Etnografia em uma escola brasileira no Japão*

Alvaro Katsuaki Kanasiro

---

- 1 Esse artigo versa sobre uma etnografia realizada no Japão, em janeiro de 2011, junto a uma escola brasileira cujos alunos matriculados são filhos de trabalhadores de kassegui. O motivo principal da viagem, que durou cerca de 75 dias, foi passar as férias de fim de ano visitando familiares (a etnografia durou cerca de 45 dias). Ocorreu que um parente tinha contato com a diretora da escola citada e a partir daí surgiu a oportunidade do trabalho de campo. Na época eu estava terminando de escrever o relatório final de Iniciação Científica com bolsa FAPESP, cujo tema era o retorno de de kasseguis ao Brasil tendo em vista o contexto da crise financeira entre 2008 e 2010. Os dados coletados através dessa experiência foram fundamentais para a escrita do relatório final.

Na entrada do prédio principal todos tinham que tirar os sapatos. Na hora do intervalo ou das aulas, o chão ficava forrado de tênis coloridos e de várias marcas. Na parte da tarde os meninos do grupo de dança ensaiavam ao som de música coreana. Havia o líder do grupo, que executava os movimentos com graciosidade, e os demais membros procuravam repeti-los. Havia ainda uma banda formada pelos alunos que havia tocado na festa de formatura [pouco antes de minha chegada à escola] sem que eles tivessem tido tempo para ensaiar direito. Converso bastante com o Dj da banda, um rapaz de 16 anos. Há dois que está no Japão. Ele quer seguir carreira aqui, pois “no Brasil não dá para o que eu quero”, revela.

- 2 Contatei a diretora da escola e ela me recebeu muito bem, aceitando de imediato minha solicitação. Em contrapartida, ela sugeriu que eu desse algumas aulas para os alunos, pois minha aproximação poderia ser de alguma forma benéfica para os adolescentes. Aceitei, e assim comecei a dar aulas de Filosofia e Sociologia para o nono ano do ensino fundamental e as três séries do ensino médio - primeiro, segundo e terceiro ano.
- 3 Esse contato foi de grande ajuda, pois despertou minha atenção para questões que eu não havia formulado. As turmas que peguei eram multisseriadas, ou seja, o nono ano dividia o mesmo espaço físico com o primeiro ano do ensino médio; e o segundo e terceiro ano compartilhavam outra sala. Embora a escola fosse distribuída em três prédios, não havia

espaço e salas suficientes para todas as séries. A mesma situação podia ser vista no ensino fundamental, em que a quarta série do ensino fundamental dividia sala com a quinta série - porém, aqui havia uma divisória que cortava a sala em duas metades. No caso das salas do ensino médio e nono ano não havia divisão, cada série ficava separada por um vão entre as carteiras. Detalhe: o estacionamento da escola também dividia espaço com a área recreativa e de lazer. Ademais, as outras séries do ensino fundamental ocupavam uma sala cada uma. Em comparação com as escolas no Brasil, as turmas são bem menores: no nono ano haviam 4 alunos, no primeiro ano do ensino médio 9, no segundo ano 6 e no terceiro ano 5 alunos.

- 4 Conversando com os professores, fiquei sabendo que parte deles dava aula para várias séries diferentes (por exemplo, para o sexto ano do ensino fundamental e para as turmas do médio), ainda, eles lecionavam mais que uma disciplina. A professora que dava as aulas de Filosofia e Sociologia também dava aulas de Inglês, Química e História. Ela possui formação superior no Brasil, mas foi ao Japão para trabalhar em fábrica. Seu caso é o de quase todos os outros professores da escola (inclusive a diretora): eles saíram do chão de fábrica para tentar preencher uma lacuna muito difícil de ser suprida, a de profissionais qualificados para trabalhar como educadores nas comunidades de kasseguis. Segundo relatos, o professor brasileiro no Japão ganha mal, menos do que se trabalhasse na fábrica. Muitas vezes ele cumpre o papel não só de pedagogo (já saturado devido às várias disciplinas que leciona e das várias salas que cuida), mas também atua como motorista e faxineiro, entre outras funções.
- 5 Na época da etnografia a escola atendia cerca de 160 alunos, que vão da creche ao ensino médio. O horário das aulas começa às 8:40 e termina às 12:50 para as turmas até o oitavo ano, e das 8:40 às 13:35 para o nono ano e ensino médio. À tarde, em alguns dias, havia o curso de japonês oferecido pelo Projeto Arco-Íris, um programa do governo japonês para estimular aos jovens estrangeiros a aprenderem o idioma japonês. Alguns estudantes do ensino médio trabalhavam por meio período em fábricas da região; a própria escola oferecia transporte entre a escola e a fábrica - mas não como forma de incentivar o aluno a trabalhar em detrimento do estudo, e sim por necessidade da família que não tem condições de arcar com as despesas escolares. “Dá pra pagar a mensalidade da escola, o que sobre fica pra mim”, revelou um aluno. A diretora dialogava constantemente com pais e alunos atentando para o fato de que continuar os estudos era algo de suma importância, ela não queria “perde-los para a fábrica”. Havia muita preocupação com a evasão escolar e a perspectiva do futuro profissional do estudante. É bastante comum encontrar casos em que adolescentes em idade escolar estejam trabalhando em fábricas como funcionários regulares ao invés de estarem frequentando as aulas. A iniciativa parte, muitas vezes, da própria família, que apreende a experiência migratória como puramente transitória: os dois anos de permanência no Japão planejados inicialmente se transformam facilmente em dez anos, e assim o período ideal de formação pedagógica perde-se com a indecisão entre retornar ou não ao Brasil. A falta de planejamento dos pais frente à experiência migratória incute nos alunos uma sensação de incerteza quanto ao seu futuro. Havia uma grande resistência por parte deles em aprender o idioma japonês, a justificativa mais utilizada era que “isso [aprender o japonês] é inútil”, mesmo vivendo em solo nipônico. Sempre paira no ar a possibilidade de retorno ao Brasil “assim que as coisas melhorarem”; essa indecisão quanto ao futuro também acaba gerando desinteresse pelo aprendizado em sala de aula. Muitos pais incentivam os filhos a trabalharem

precocemente imaginando que um curso supletivo no Brasil dá conta de suprir o conteúdo pedagógico não adquirido.

- 6 Outro ponto que, imagino, possa interferir na decisão dos pais em retirar seu filho da escola brasileira é o valor da mensalidade. Na época, a mensalidade custava 50 mil ienes, cerca de um quarto ou um quinto do salário adquirido por um trabalhador do sexo masculino (que, em algumas ocupações, recebe mais do que a mulher por hora/trabalho), girando em torno de 200 mil a 250 mil ienes/mês. Isso sem contar outras despesas escolares, como uniforme, apostila, refeição e transporte. Muitos pais optam em matricular seus filhos na escola japonesa justamente porque ela custa muito menos. O ensino fundamental e médio nas escolas japonesas é gratuito, paga-se apenas matrícula e uma taxa anual que ajuda a custear a merenda, uniforme e passeios escolares. O valor varia conforme o ano letivo e de escola para escola, contudo, por ano gasta-se em média 170 mil ienes<sup>1</sup> somando todas as despesas escolares citadas (cerca de R\$3.961,00<sup>2</sup>). Já nas escolas brasileiras a realidade é bem diferente, por ano, levando-se em conta apenas o valor da mensalidade de 50 mil ienes, o custo é de 600 mil ienes – o equivalente a R \$13.980,00<sup>3</sup>. Vale ressaltar que o abismo de custos existente entre as escolas brasileira e japonesa existe porque a escola brasileira não é reconhecida como uma instituição de ensino pelo governo japonês, ela não recebe benefícios ou ajuste no valor dos impostos cobrados.
- 7 A escola brasileira começa o ano letivo muito antes do que as escolas no Brasil, pois ela tem que adequar seu calendário e horário de funcionamento ao das fábricas japonesas: a esfera do trabalho ocupa papel demasiadamente importante para a vida social do imigrante que ela influencia não apenas na estrutura de funcionamento das escolas brasileiras, mas também afeta o âmbito do lazer, da sociabilidade e modo de vida – como podemos ver em estudos da sociologia do trabalho<sup>4</sup>. Praticamente na segunda semana de janeiro todos os pais já estão trabalhando e a escola cumpre com o papel de cuidar dos jovens durante o período em que os pais estão fora. Esse foi o principal motivo pelo qual a escola brasileira foi criada. Em meados da década de 90, quando começou a vinda de nipo-descendentes ao Japão, muitos pais não tinham com quem deixar as crianças pequenas. A partir dessa necessidade creches caseiras foram criadas nas cidades em que havia grande contingente de dekassegus. De acordo com a diretora, a escola etnografada foi idealizada por seu pai e começou como uma creche. Após alguns anos de atividade muitos pais sentiram necessidade de matricular seus filhos em escolas de ensino fundamental. Uma opção era a escola japonesa, mas os casos de *ijime* (bullying) amedrontavam filhos e pais, sem contar que a adaptação das crianças estrangeiras era dolorosa e demandava tempo. O pai da diretora se sensibilizou com a questão desses pais, pois ele mesmo havia tido problemas com a escola japonesa: seu filho caçula não se adequara plenamente com o ambiente da escola japonesa e passou andar com alunos japoneses considerados *furiyo* (rebelde). Assim nascia a escola com um formato destacado.
- 8 Num dos primeiros dias de aula, algo interessante aconteceu. O conteúdo a ser transmitido era a produção de favelas no Rio de Janeiro. Comecei a aula perguntando quem conhecia o Rio de Janeiro. Ninguém levantou a mão. Em seguida perguntei quem já havia visto uma favela ou entrado em alguma, apenas dois ou três alunos (de onze) levantaram a mão. Fiquei alguns instantes sem reação e percebi que aquele grupo de adolescentes era muito mais heterogêneo do que poderia imaginar. A apostila que a escola utilizava vinha do estado do Paraná (Sistema Positivo) e foi construída para atender determinado perfil de aluno, que, de fato, não era aquele que estava a minha frente. Além

de a escola ter carência em termos de profissionais qualificados (na verdade os professores se sacrificavam muito para promover aulas em que os alunos pudessem se entusiasmar e sentir gosto pelo conteúdo), havia um problema com o material didático utilizado. Como remediar tais questões, fundamentais para o andamento de qualquer escola?

- 9 Há a Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ), mas de acordo com relatos ela não tem a força necessária para coordenar as atividades das escolas brasileiras no Japão. Cada escola atua de forma bastante independente, se adequando ao contexto no qual está inserida. Não há policiamento da qualidade do ensino pelo governo brasileiro (embora o MEC tenha sancionado várias escolas) e muito menos por parte do governo japonês, que não enxerga essa questão – pra ser bem direto – como um problema seu.
- 10 A escola etnografada passa por sérios problemas. Até arrisco dizer que várias outras instituições educacionais estão neste patamar ou encontram-se em situação pior. Mas não podemos analisar essa situação deixando de atentar para o fato de que as escolas brasileiras no Japão não recebem ajuda adequada por parte do governo brasileiro e pelo governo japonês. Segundo críticos, o primeiro não demonstra estar muito interessado em criar políticas que deem alicerce para as escolas; não há o menor indício de interesse em melhorar a qualidade do ensino, reciclar o corpo docente e instaurar um órgão que policie as atividades das escolas e que fomenta políticas e planejamentos educacionais. De acordo com declarações e tendo em vista as políticas migratórias adotadas pelo governo japonês frente à recessão econômica, os dekassegus estão sendo tratados como uma classe social cujo valor se atém ao trabalho no setor produtivo. O Projeto Arco-Íris, mencionado anteriormente, foi implementado de forma verticalizada, sem que houvesse discussão aprofundada de seu conteúdo e formato com as escolas brasileiras, principais canais de recepção de alunos – mais importantes até do que as escolas regulares japonesas que recebem alunos estrangeiros.
- 11 As mudanças no panorama de como os dekassegus serão vistos e recebidos pela sociedade japonesa passa pelas salas de aula e corredores das escolas brasileiras. É neste espaço que se concentra e dilata diversas tensões atinentes à experiência migratória; não que na escola japonesa não houvesse esse mesmo tipo de conflito, mas porque a escola brasileira adquiriu um papel social extremamente fundamental no seio das comunidades dekassegus espalhadas pelo arquipélago japonês. Assim como as escolas públicas no Brasil pintam um retrato das mazelas sociais de nossa sociedade, a sala de aula da escola brasileiro no Japão retrata da mesma forma os problemas contidos nas comunidades migrantes.

---

## NOTES

1. Dados de 2009
2. Cotação de Dez/2011
3. Cotação de Dez/2011
4. Cristophe Dejours, 1991. A loucura do trabalho.

---

AUTHOR

ALVARO KATSUAKI KANASIRO

kanasiro.alvaro@gmail.com